



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TARCIZO SAMPAIO FREIRE

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 500/2022
Data: 31/03/2022 - Horário: 09:02
Legislativo

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE ALAGOAS.

Proposição N.º

Modalidade: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Assunto: Projeto de lei que assegura a deficientes físicos
prioridade de vaga em escola pública próxima da sua
residência.

TARCIZO SAMPAIO FREIRE, deputado estadual pelo PP / AL, no regular
exercício do mandato e nos moldes do inciso III, art. 144 c/c art. 145, inc. III do
art. 146 e ss. da Resolução N.º 369 / 1993 (Regimento Interno desta Casa
Legislativa), vem mui respeitosamente perante V. Ex.^a, propor o:

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA - CONFORME EM ANEXO

pugnando desde já pela regular tramitação do mesmo, nos termos regimentais,
apresento abaixo a JUSTIFICATIVA para o presente:

JUSTIFICATIVA

Este projeto tem a finalidade de propor ao Poder Executivo a
disponibilidade de vagas em escolas estaduais para pessoas portadoras de
qualquer deficiência, próximas de suas residências. Sabe-se que a criança é
amparada pelo Estatuto da Criança e Adolescente no atendimento de vagas
próximas à sua residência, mas a presente propositura trata da garantia de vagas
prioritárias para os portadores de deficiência.

Deficiência é todo e qualquer comprometimento que afeta a integridade
da pessoa e traz prejuízos na sua locomoção, na coordenação de movimento,



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TARCIZO SAMPAIO FREIRE

na fala, na compreensão de informações, na orientação espacial ou na percepção e contato com as outras pessoas. A deficiência gera dificuldades ou impossibilidade de execução de atividades comuns às outras pessoas.

Diante de tantas mudanças que acontecem na sociedade, surge um novo movimento, o da inclusão, consequência de uma visão social de um mundo democrático, onde pretendemos respeitar direitos e deveres. A limitação da pessoa não diminui seus direitos: são cidadãos e fazem parte da sociedade como qualquer outro. É o momento de a sociedade se preparar para lidar com a diversidade humana.

Vários segmentos sociais lutam pelos seus direitos de inclusão na sociedade. É o que acontece com as mulheres, negros, sem-terra e tantos outros excluídos.

Como esses, há um outro grupo de excluídos – as pessoas com deficiência, que não têm acesso aos direitos que devem pertencer a todos: educação, saúde, trabalho, locomoção, transporte, esporte, cultura e lazer.

Sabemos que as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência para se deslocarem de suas residências até a escola, são proporcionais à distância que têm que percorrer todos os dias, e muitas vezes desmotivam essas pessoas a permanecer no estabelecimento de ensino. Portanto, é importante que a escola seja próxima às residências dos alunos com deficiência, evitando assim a evasão escolar.

Por fim, reitero o pedido da regular tramitação e encaminhamento desta, nos moldes regimentais.

Segue em anexo o enunciado da vontade legislativa de acordo com a respectiva ementa (art. 147 do Regimento Interno ALE / AL).



**ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TARCIZO SAMPAIO FREIRE**

ANEXO

PROJETO DE LEI Nº / 2022

EMENTA:

Projeto de lei que assegura a deficientes físicos prioridade de vaga em escola pública próxima da sua residência.

O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ALAGOAS DECRETA:

Art. 1º - Fica assegurado à pessoa com deficiência física, mental ou sensorial, prioridade de vaga em Escola Pública Estadual que seja localizada mais próxima da sua residência.

§ 1º - Para a obtenção da prioridade de que trata o art. 1º, deverão os deficientes apresentar junto à instituição de ensino comprovante de residência.

§ 2º - Considera-se, para efeito desta Lei, deficiências todas aquelas classificadas pela Organização Mundial de Saúde e que necessitam de assistência especial, decorrentes de problemas visuais, auditivos, mentais, motores ou má formação congênita.

§ 3º - As deficiências dos estudantes beneficiados em questão serão comprovadas através de laudo médico fornecido por instituições médico-hospitalares públicas e competentes para prestar tal comprovação.

Art. 2º - Ficam excluídos da prioridade de que trata o Art. 1º os estabelecimentos de ensino que não possuam as condições necessárias para educação de portadores de deficiência mental e sensorial

Art. 3º - O poder público estadual disporá de um prazo de 180 (cento e oitenta)



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TARCIZO SAMPAIO FREIRE
dias, a partir da data de publicação desta Lei, para se adaptar às suas diretrizes.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maceió / AL, 29 de março de 2022.

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

DEP. EST. TARCIZO SAMPAIO FREIRE
PARLAMENTAR

AUTOR: DEPUTADO TARCIZO SAMPAIO FREIRE